

O PROGRAMA PÉ-DE-MEIA E SEU POTENCIAL PEDAGÓGICO NO ENSINO DE EMPREENDEDORISMO: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES FLUMINENSES

Jhony Rangel Haido de Carvalho
Ualison Rébula de Oliveira

RESUMO: O Programa Pé-de-Meia representa uma inovação na política de transferência condicionada de renda voltada ao ensino médio brasileiro. Este artigo investiga as percepções de professores de empreendedorismo da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro acerca do potencial pedagógico desse incentivo financeiro. A pesquisa qualitativa, fundamentada no método do Discurso do Sujeito Coletivo, analisou entrevistas semiestruturadas realizadas com 10 docentes vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense. Os resultados evidenciam que, embora os professores reconheçam o elevado potencial formativo do programa, sua integração pedagógica ocorre de maneira fragmentada e dependente da iniciativa individual. Identificam-se barreiras estruturais que limitam a apropriação didática do recurso, bem como demandas por formação continuada e diretrizes curriculares claras. O estudo contribui para o debate sobre a articulação entre políticas sociais e práticas educacionais no contexto do Novo Ensino Médio.

Palavras-chave: Programa Pé-de-Meia. Educação empreendedora. Percepção docente. Ensino médio.

1 INTRODUÇÃO

A homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2018 e a Lei nº 13.415/2017 consolidaram uma das maiores mudanças estruturais na educação brasileira recente: a elevação do empreendedorismo a eixo estruturante do Novo Ensino Médio. Esse movimento exige dos professores uma reconfiguração profunda de suas práticas, deslocando o foco da transmissão de conteúdos para o desenvolvimento de competências transversais, como autonomia, proatividade e resolução de problemas (Menezes; Mariano; Cunha, 2024). Contudo, como apontam Fayolle e Gailly (2008), o ensino do empreendedorismo demanda processos ativos de aprendizagem, nos quais o estudante seja estimulado a lidar com dilemas reais — uma proposta que esbarra em déficits históricos de formação docente e condições de trabalho (Tartuce et al., 2018).

Paralelamente a essa reforma curricular, o cenário socioeconômico ganhou um novo componente em janeiro de 2024: o Programa Pé-de-Meia (Lei nº 14.818). Ao oferecer um incentivo financeiro vinculado à frequência e à conclusão da etapa, o programa busca enfrentar as raízes da evasão escolar. Dados do IBGE (2024) e do Censo Escolar 2023 revelam a gravidade do problema, com apenas 75% dos jovens na idade adequada frequentando o ensino médio e uma taxa de evasão de 5,9% que, na prática, retira centenas de milhares de jovens das salas de aula. Conforme destacam Virtanen et al. (2021), o baixo engajamento muitas vezes decorre da percepção de que a escola não oferece retornos imediatos diante das urgências financeiras familiares.

A junção dessas duas políticas — uma de natureza pedagógica e outra de caráter socioeconômico — abre um campo fértil de investigação. Se a literatura internacional e nacional (Amaral; Monteiro, 2013; Behrman; Parker; Todd, 2011) já comprova que a transferência condicionada de renda reduz a evasão, Barros (2017) ressalta que o impacto é maior quando o recurso está integrado a projetos pedagógicos consistentes. O Pé-de-Meia, por sua estrutura de poupança, configura-se como um recurso didático concreto que pode aproximar os conteúdos teóricos da realidade financeira dos alunos. No entanto, por ser uma iniciativa recente, ainda há uma lacuna científica sobre como esse benefício tem sido apropriado no cotidiano escolar (Madaloz et al., 2024).

Nesse contexto, a perspectiva docente assume papel central. Os professores são os mediadores fundamentais entre a norma formulada pelo Estado e a prática pedagógica real (Gatti, 2013). Frequentemente, esses profissionais enfrentam a falta de diretrizes que conectem o auxílio financeiro ao currículo, o que pode gerar desmotivação ou práticas fragmentadas (Paschoal; Marasea; Barbosa, 2017). Surge, então, a seguinte questão de pesquisa: de que maneira os professores do ensino médio público podem apropriar pedagogicamente o incentivo do Programa Pé-de-Meia para fomentar o empreendedorismo entre os estudantes?

Para responder a essa dúvida, este artigo tem por objetivo geral investigar as percepções de professores de empreendedorismo da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) sobre o potencial pedagógico do programa. Especificamente, busca-se: (I) analisar a compreensão docente sobre a integração desse recurso às práticas de ensino; (II) identificar as barreiras que limitam tal articulação; (III) mapear as demandas por apoio institucional; e (IV) discutir as implicações dessas percepções para o aprimoramento da política pública.

O recorte empírico concentra-se em professores do Colégio Estadual Santos Dias, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. A pesquisa foi realizada em novembro de 2025, momento em que o programa já apresentava maturidade suficiente para uma análise direta das experiências docentes. A relevância deste estudo reside em preencher a lacuna sobre o uso educativo de transferências de renda no Brasil, oferecendo subsídios para estratégias que maximizem o impacto formativo da política e qualifiquem o debate sobre o Novo Ensino Médio.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Formação docente e implementação de políticas educacionais para o empreendedorismo

A efetivação de políticas educacionais no cotidiano escolar depende da formação e das condições de trabalho dos professores. Gatti (2013) assinala que a formação inicial de professores no Brasil precisa ser repensada para alinhar o currículo acadêmico às necessidades reais do ambiente escolar, enfatizando a importância de programas de formação continuada que integrem aspectos teóricos e práticos. A autora salienta a importância de programas de formação continuada que integrem aspectos teóricos e práticos, permitindo que os docentes se atualizem frente às transformações sociais e tecnológicas.

Tartuce et al. (2018), em pesquisa sobre desafios do ensino médio, destacam que as condições de trabalho e a formação de professores constituem ferramentas-chave para enfrentar as

dificuldades dessa etapa educacional. Os autores argumentam que é fundamental uma formação docente mais qualificada e contextualizada, que prepare os professores para lidar com as novas demandas da sociedade do conhecimento e com a diversidade dos alunos. A pesquisa destaca a importância de políticas públicas que valorizem a formação dos professores e as condições de trabalho, como ferramentas essenciais para enfrentar os desafios do ensino médio.

Dourado (2020) argumenta que reformulações do ensino médio devem priorizar práticas pedagógicas que estimulem o pensamento crítico, a resolução de problemas e a criatividade. O autor defende que a integração entre os conteúdos curriculares e as experiências vividas pelos jovens fora da escola é essencial para engajar os estudantes e prepará-los para os desafios. Essa perspectiva implica repensar as práticas pedagógicas em direção a abordagens mais contextualizadas e significativas para os estudantes.

Em relação ao empreendedorismo, Paschoal, Marasea e Barbosa (2017) identificam carência de políticas públicas direcionadas ao tema nas escolas de ensino médio. Os autores argumentam que há uma falta de políticas públicas voltadas para o empreendedorismo nas escolas de ensino médio no Brasil, o que pode contribuir para a desmotivação dos alunos, que muitas vezes não veem conexão entre o que aprendem e suas perspectivas de futuro. Essa constatação aponta para a necessidade de investigar como os professores percebem e implementam a educação empreendedora em seus contextos de trabalho.

Sarasvathy e Venkataraman (2011) argumentam que a introdução do empreendedorismo desde cedo permite a construção de mentalidade empreendedora, desenvolvendo habilidades de raciocínio e resolução de problemas. Os autores destacam que a educação empreendedora contribui para o desenvolvimento de uma mentalidade empreendedora, com habilidades de raciocínio e resolução de problemas, preparando os estudantes para os desafios. Essa perspectiva enfatiza o desenvolvimento de competências transversais, aplicáveis em diferentes contextos profissionais e pessoais, e não somente a formação de empresários.

Mwasalwiba (2010), em revisão sobre educação empreendedora, destaca que programas de capacitação influenciam atitudes e comportamentos, tanto para estimular a carreira autônoma quanto para reforçar o papel do indivíduo na sociedade. O autor argumenta que programas de Educação Empreendedora influenciam atitudes e comportamentos para estimular a carreira autônoma e reforçar o papel do indivíduo na sociedade. Essa dupla função da educação empreendedora, formativa e cívica, é particularmente relevante no contexto do ensino médio, etapa de transição para a vida adulta.

Uemura, Lopes e Vasconcellos (2024), em estudo sobre educação empreendedora no ensino médio brasileiro, apontam para a necessidade de avaliação de iniciativas comparando práticas pedagógicas, conteúdos e formatos. Os autores sugerem a necessidade de estudos adicionais para avaliar a eficácia das abordagens de Educação Empreendedora em diversos contextos educacionais e suas implicações no currículo. Essa lacuna metodológica reforça a relevância da presente investigação, que busca contribuir para o entendimento de como os professores percebem e implementam a educação empreendedora em articulação com políticas de incentivo financeiro.

2.2 Programas de Transferência de Renda e Educação: Trajetórias Internacionais e o Cenário Brasileiro

Os programas de transferência condicionada de renda (TCR) consolidaram-se, desde a década de 1990, como instrumentos de política pública voltados à redução da pobreza e à promoção do capital humano. A ideia central consiste na possibilidade de que o incentivo financeiro minimize dificuldades econômicas e aumente a demanda por serviços educacionais, estabelecendo corresponsabilidades entre o Estado e as famílias beneficiadas. Essa lógica operacional assume que a transferência de recursos, vinculada ao cumprimento de condicionalidades educacionais e de saúde, pode ajudar a reduzir o ciclo intergeracional de pobreza ao investir na formação das novas gerações.

Na América Latina, experiências como o Progreso/Oportunidades no México, a Asignación Universal por Hijo na Argentina e o Juancito Pinto na Bolívia demonstraram efeitos positivos sobre matrícula e frequência escolar. O programa mexicano, objeto de estudo de Behrman, Parker e Todd (2011), evidenciou que períodos mais longos de exposição resultaram em acúmulo médio de 0,5 a 1 ano adicional de escolaridade. Os autores demonstraram que o programa aumentou a frequência, além de contribuir para a redução do trabalho infantil e para a melhoria da nutrição das crianças beneficiadas.

Na Colômbia, Barrera-Osorio et al. (2011) constataram que estratégias de “poupança”, que adiam parte do pagamento para o período de rematrícula, apresentaram maior eficácia na manutenção dos estudantes no ensino secundário. Essa constatação é particularmente relevante para o contexto brasileiro, na medida em que o Programa Pé-de-Meia adota lógica similar, com incentivos diferenciados ao longo da trajetória escolar e bônus de conclusão. Barrera-Osorio, Linden e Saavedra (2019), em estudo de longo prazo, demonstraram que o tratamento de poupança aumentou o acesso ao ensino superior e apresentou efeitos consistentes nos resultados educacionais até 12 anos após o início do programa.

No Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF) se destaca pela magnitude de sua cobertura. Análises de Amaral e Monteiro (2013), com dados de 2005, indicaram que o PBF foi responsável por redução de 34% a 57% na chance de evasão escolar. Porém, a literatura também ressalta limitações: a eficácia dos programas de TCR depende de sua articulação com ações educativas que potencializem seus efeitos formativos, transcendendo a dimensão compensatória da transferência de renda. Ferreira, Jimenez e Holzer (2011) argumentam que a expectativa de quebra do ciclo intergeracional de pobreza está intrinsecamente ligada ao investimento em capital humano de longo prazo, permitindo que a futura geração tenha acesso a empregos de melhor qualidade e maior renda.

O Programa Pé-de-Meia, instituído em janeiro de 2024, inova ao direcionar especificamente o incentivo financeiro ao ensino médio, etapa historicamente marcada por elevadas taxas de evasão. O programa oferece: incentivo de matrícula de R\$ 200, bônus de até R\$ 1.800 por ano por frequência, incentivos de conclusão de até R\$ 3.000, e incentivo de R\$ 200 pela participação no ENEM. Os pagamentos são condicionados a requisitos como frequência mínima de 80%, aprovação anual e participação em avaliações sistemáticas. Essa estrutura de incentivos acumulativos busca estimular a permanência, assim como o engajamento com processos avaliativos e a conclusão da etapa educacional.

Estados brasileiros também implementaram programas similares. O Todo Jovem na Escola, no Rio Grande do Sul, oferece pagamentos mensais de R\$ 150 a R\$ 225, além de poupança

aprovação e prêmio engajamento. Em Santa Catarina, o Bolsa Estudante chega a R\$ 6.250 anuais. Essas iniciativas, apesar de variarem em seus desenhos, convergem na lógica de vincular o benefício financeiro ao cumprimento de metas educacionais. A experiência desses programas estaduais oferece referências importantes para a análise do Pé-de-Meia, na medida em que demonstram a viabilidade de implementação de políticas de incentivo financeiro no contexto educacional brasileiro.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada no método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), desenvolvido na Universidade de São Paulo por Lefèvre e Lefèvre (2012). O DSC permite captar a visão coletiva dos participantes, organizando e sistematizando as vozes dos sujeitos de forma a representar o pensamento compartilhado pelo grupo estudado, respeitando a diversidade de opiniões.

O método é caracterizado por apresentar aspectos qualitativos. A pesquisa foi realizada com 10 professores que lecionam a disciplina de Empreendedorismo na rede pública estadual da SEEDUC/RJ, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF). A escolha desse grupo justifica-se pela experiência acadêmica e científica desses profissionais na área de gestão e educação empreendedora, permitindo maior aprofundamento sobre a aplicabilidade do Programa como ferramenta pedagógica. A experiência desses docentes em programas de pós-graduação stricto sensu oferece garantia de familiaridade com referenciais teóricos e metodológicos que fundamentam a investigação.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas em dezembro de 2025, com roteiro composto por questões abertas organizadas em dois blocos temáticos: Parte A (Inserção Pedagógica) e Parte B (Simulações e Projetos Práticos). O instrumento foi submetido a pré-teste, que indicou tempo médio de resposta entre 35 e 40 minutos, considerado adequado para a profundidade pretendida. As questões foram elaboradas de forma a evitar indução de respostas, privilegiando aquelas de caráter explicativo, com inserção do “por quê?” sempre que necessário, a fim de aprofundar as respostas.

Para o tratamento dos dados, procedeu-se às etapas do DSC: seleção do conteúdo essencial de cada depoimento; associação desses conteúdos a descrições de sentido; agrupamento dos depoimentos em categorias; e reunião dos discursos de cada categoria em enunciado único na primeira pessoa do singular. As Ideias Centrais (IC) e Expressões-Chave (ECH) foram identificadas para construção dos discursos-síntese, seguindo as orientações de Lefèvre et al. (2003, 2004, 2009).

A análise seguiu os princípios de triangulação propostos por Yin (2015), integrando múltiplas evidências empíricas para fortalecer a validade das inferências. O impacto do Programa Pé-de-Meia foi compreendido a partir da identificação de mudanças nas percepções, atitudes e práticas dos docentes quanto ao uso do incentivo financeiro para o desenvolvimento de comportamentos empreendedores. Essa abordagem permite compreender o fenômeno investigado de forma abrangente, considerando diferentes dimensões da experiência docente.

4 RESULTADOS

4.1 Caracterização da inserção pedagógica do Programa Pé-de-Meia

Os resultados evidenciam heterogeneidade significativa nas práticas docentes relacionadas ao Programa Pé-de-Meia. Parte dos professores relatou já discutir o tema em sala, principalmente por meio de diálogos sobre planejamento financeiro e articulação com a disciplina de Educação Financeira. Em contrapartida, quatro dos 10 docentes afirmaram ainda não abordarem diretamente o programa, embora reconheçam sua relevância formativa. Essa distribuição indica que o programa está presente no cotidiano escolar, mas de forma desigual, dependendo de fatores individuais e locais.

Essa diferença de posicionamentos indica que o Pé-de-Meia, embora presente no cotidiano escolar, não se encontra institucionalizado como eixo pedagógico estruturante. A dependência da iniciativa individual do professor ou da existência de projetos específicos na escola configura fragilidade na operacionalização da política. Os registros analíticos: “a gente até comenta com os alunos, mas não existe uma orientação clara de como trabalhar isso em sala” (Professor 4); “quando o professor se interessa, o tema aparece; caso contrário, fica de fora” (Professor 5) evidenciam a ausência de diretrizes institucionais que orientem a integração do programa às práticas pedagógicas.

A proposta de organização curricular progressiva ao longo dos três anos do ensino médio, educação financeira no primeiro ano, desenvolvimento de ideias no segundo e elaboração de projetos no terceiro, foi amplamente considerada possível e desejável. Essa concepção expressa compreensão ampliada do processo formativo, alinhada à noção de continuidade pedagógica. A articulação com práticas interdisciplinares emerge como elemento valorizado pelos docentes, que reconhecem o potencial de integração entre diferentes áreas do conhecimento.

4.2 Utilização do incentivo financeiro como referência pedagógica

O uso concreto do valor potencial do Pé-de-Meia como referência em atividades de sala de aula apresenta-se desigual entre os docentes. Alguns professores relataram experiências com planejamento financeiro, simulações de investimento, compra de materiais para projetos escolares e elaboração de planilhas de gastos. Outros indicaram apenas iniciativas pontuais ou observações indiretas, sem sistematização didática. Essa variação sugere que o potencial pedagógico do programa permanece subutilizado na maioria dos contextos investigados.

As práticas mais consistentes concentram-se em atividades que utilizam o recurso como referência concreta para o desenvolvimento de competências de gestão. Exemplos incluem: “os alunos montaram planilhas para entender para onde o dinheiro estava indo” (Professor 8); “já usamos o valor como referência para pensar pequenos investimentos” (Professor 7). Essas experiências demonstram que, quando apropriado pedagogicamente, o incentivo financeiro pode ser um recurso didático significativo, aproximando conteúdos abstratos da realidade concreta dos estudantes.

A distribuição dos níveis de utilização pedagógica revela que somente parcela reduzida dos docentes apresenta uso efetivo e contínuo do Pé-de-Meia como recurso didático. A maioria concentra-se em níveis baixos ou intermediários, caracterizados por abordagens informativas ou experiências pontuais. Essa configuração aponta para ausência de discurso coletivo

consolidado sobre a apropriação pedagógica do programa, indicando necessidade de mediações institucionais que favoreçam a disseminação de boas práticas.

4.3 Simulações práticas e aprendizagem experiencial

Os professores demonstraram elevada receptividade a propostas que envolvem atividades como oficinas, rodas de conversa e exercícios baseados na pergunta: “O que você faria com R\$ 9 mil ao final do ensino médio?”. A avaliação dessa estratégia como potente do ponto de vista pedagógico aparece de modo quase unânime, especialmente por trazer reflexão sobre o uso correto do dinheiro. Essa receptividade indica disposição docente para a implementação de metodologias ativas, desde que apoiadas por condições institucionais adequadas.

A possibilidade de dimensionar valores financeiros reais, refletir sobre escolhas e estabelecer conexões com projetos de vida emerge como elemento central nas falas dos docentes: “quando você fala em um valor real, eles param para pensar” (Professor 2); “o aluno só entende quando consegue visualizar o dinheiro de verdade” (Professor 7). Essas percepções reforçam a importância de atividades que articulem o incentivo financeiro a situações concretas de tomada de decisão, favorecendo o desenvolvimento de competências de planejamento.

Contudo, a efetiva realização dessas simulações restringe-se a experiências isoladas, como feiras escolares, eventos culturais e projetos interdisciplinares. A recorrência de práticas pontuais, em detrimento de sistematização ao longo da trajetória escolar, limita o potencial transformador dessas atividades. Adicionalmente, os discursos revelam que muitos estudantes demonstram imediatismo no uso do dinheiro, dificultando a compreensão do Pé-de-Meia como instrumento de planejamento de longo prazo. Essa constatação aponta para a necessidade de mediação pedagógica sistemática, capaz de transformar o incentivo financeiro em oportunidade de desenvolvimento de competências de gestão.

4.4 Barreiras e demandas institucionais

As entrevistas evidenciam diversas barreiras práticas para a implementação de propostas pedagógicas articuladas ao Pé-de-Meia. As dificuldades mais recorrentes incluem: falta de formação específica; ausência de materiais didáticos; limitações de tempo; sobrecarga de trabalho docente; e desigualdade no acesso dos alunos ao programa. Esses obstáculos aparecem de forma consistente nos discursos, indicando que a integração pedagógica do Pé-de-Meia extrapola a esfera da sala de aula, demandando condições institucionais mais amplas.

A responsabilização exclusiva do professor tende a resultar em práticas fragmentadas e desiguais. A formação continuada dos professores é apontada como fator crítico para a efetiva integração pedagógica. Muitos docentes defendem que apenas professores devidamente capacitados em educação financeira e empreendedorismo deveriam atuar nessas disciplinas, de modo a garantir maior coerência pedagógica, segurança metodológica e intencionalidade formativa no desenvolvimento das práticas educativas. O Quadro 1 sintetiza as principais categorias identificadas na análise das entrevistas.

Quadro 1 – Síntese das percepções dos professores sobre o Programa Pé-de-Meia

Categoria	Principais achados	Implicações
Inserção pedagógica	Heterogeneidade nas práticas; dependência da iniciativa individual; ausência de institucionalização	Necessidade de diretrizes curriculares claras
Uso como referência	Experiências desiguais; predomínio de abordagens pontuais; potencial subutilizado	Demanda por materiais didáticos específicos
Simulações práticas	Elevada receptividade; engajamento discente quando realizadas; limitação a eventos isolados	Necessidade de sistematização ao longo da trajetória escolar
Barreiras identificadas	Falta de formação; ausência de tempo; sobrecarga docente; desigualdade de acesso	Requerimento de políticas institucionais integradas
Demandas docentes	Formação continuada específica; valorização profissional; apoio pedagógico	Importância de condições de trabalho adequadas

Fonte: Elaboração própria (2026).

5 DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa permitem afirmar que o Programa Pé-de-Meia é amplamente reconhecido pelos professores como iniciativa com elevado potencial educativo, especialmente quando associado ao ensino de empreendedorismo e à construção do projeto de vida dos estudantes. No entanto, a efetivação desse potencial permanece limitada por fatores estruturais e institucionais que extrapolam a atuação individual do docente. Essa constatação dialoga com a literatura sobre implementação de políticas educacionais, que frequentemente destaca o descompasso entre a formulação da política pública em nível sistêmico e a operacionalização no cotidiano escolar.

Barros (2017) relata sobre a necessidade de articulação entre políticas de permanência escolar e estratégias pedagógicas estruturadas. A existência do benefício financeiro, por si só, não garante sua transformação em ferramenta de aprendizagem significativa. Conforme demonstrado por Amaral e Monteiro (2013), programas de transferência condicionada de renda apresentam limitações quando não são acompanhados por ações educativas capazes de potencializar seus efeitos formativos.

A dependência da iniciativa individual do professor para a integração do Pé-de-Meia às práticas de ensino revela fragilidade institucional que compromete a equidade do acesso a essa oportunidade formativa. Conforme demonstrado por Tartuce et al. (2018), as condições de trabalho docente e a formação continuada constituem variáveis determinantes para a qualidade do ensino médio. A ausência de diretrizes curriculares claras e de materiais pedagógicos orientadores coloca sobre os professores a carga de desenvolver, isoladamente, estratégias de apropriação didática do programa.

As experiências mais consistentes identificadas na pesquisa estão associadas ao uso de metodologias ativas, simulações práticas e projetos contextualizados. Esse resultado converge com as proposições de Fayolle e Gailly (2008) sobre a importância de processos ativos de aprendizagem no ensino do empreendedorismo, bem como com as contribuições de Mwasalwiba (2010) sobre o potencial formativo de abordagens baseadas em projetos. O valor acumulado pelo Pé-de-Meia emerge, nesse contexto, como recurso didático concreto capaz de aproximar conteúdos abstratos da realidade dos estudantes. Essa aproximação é particularmente relevante no ensino médio, etapa em que os jovens buscam sentido e significado para os conteúdos escolares.

A identificação do imediatismo como característica presente na percepção dos estudantes sobre o uso do dinheiro reforça a importância da mediação pedagógica sistemática. Lusardi e Mitchell (2014) defendem que a educação financeira efetiva requer abordagem gradual e contextualizada, o que implica tempo e continuidade na intervenção docente. A realização esporádica de atividades, embora valorizada pelos professores, parece insuficiente para transformar o incentivo financeiro em oportunidade de desenvolvimento de competências de planejamento de longo prazo. Essa constatação aponta para a necessidade de sequências didáticas estruturadas, que acompanhem os estudantes ao longo da trajetória do ensino médio.

As barreiras apontadas pelos docentes: falta de formação específica, sobrecarga de trabalho, limitações de tempo e desigualdade de acesso, indicam que a consolidação do Pé-de-Meia como ferramenta pedagógica depende de decisões estruturantes no âmbito da gestão educacional. Conforme assinalado por Gatti (2013), a formação continuada consistente constitui condição necessária para que os professores respondam adequadamente a novas demandas educacionais. A pesquisa evidencia que a atuação da SEEDUC/RJ precisa ultrapassar a dimensão administrativa do programa, assumindo papel pedagógico articulador. Isso implica investir em formação docente, produção de materiais didáticos e reorganização do tempo escolar.

O consenso docente quanto à viabilidade de organização curricular progressiva ao longo do ensino médio indica caminhos possíveis para a sistematização da integração entre o Pé-de-Meia e o ensino de empreendedorismo. Essa concepção, alinhada à noção de continuidade pedagógica, permite pensar o programa como instrumento de formação de longo prazo, e não somente como incentivo financeiro pontual. A articulação com práticas interdisciplinares emerge como estratégia promissora, na medida em que permite conectar o tema a diferentes dimensões da formação do estudante. Essa perspectiva dialoga com as proposições de Dourado (2020) sobre a importância de integrar conteúdos curriculares e experiências vividas pelos jovens.

A demanda por formação específica expressa pelos professores tem relação com as lacunas identificadas por Paschoal et al. (2017) sobre a carência de políticas públicas direcionadas ao empreendedorismo nas escolas de ensino médio. A especificidade do Pé-de-Meia, programa recente, com lógica de incentivo acumulativo e condicionalidades próprias, requer capacitação docente que vá além da formação genérica em educação financeira ou empreendedorismo. Essa constatação aponta para a necessidade de programas de formação continuada contextualizados, que considerem as especificidades do programa e suas possibilidades pedagógicas.

A desigualdade no acesso dos alunos ao programa, apontada como barreira por parte dos docentes, introduz dimensão que merece atenção específica. A heterogeneidade na adesão e no cumprimento das condicionalidades pode gerar situações de exclusão relativa dentro da própria sala de aula, dificultando o desenvolvimento de atividades coletivas articuladas ao recurso. Esse aspecto sugere necessidade de monitoramento institucional que vá além do cumprimento das condicionalidades, abrangendo a equidade de oportunidades formativas. A análise de Barrera-Osorio et al. (2019) sobre os efeitos diferenciais de desenhos de programas de TCR reforça a importância de considerar como as características dos beneficiários e dos contextos escolares medeiam os impactos das políticas.

A contribuição de Uemura et al. (2024) sobre a necessidade de avaliação de iniciativas de educação empreendedora em diferentes contextos educacionais encontra respaldo nos

resultados desta pesquisa. A heterogeneidade das práticas docentes identificadas indica que a efetividade da integração entre Pé-de-Meia e educação empreendedora depende essencialmente de variáveis contextuais, como formação docente, apoio institucional e condições de trabalho. Essa constatação reforça a importância de abordagens diferenciadas na implementação de políticas, que considerem a diversidade dos contextos escolares.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo investigou as percepções de professores de empreendedorismo da SEEDUC/RJ sobre o potencial pedagógico do Programa Pé-de-Meia. Os resultados permitem concluir que o programa é reconhecido pelos docentes como iniciativa com significativo potencial formativo, especialmente quando articulado ao ensino de empreendedorismo e à construção do projeto de vida dos estudantes. Contudo, essa potencialidade não se concretiza plenamente no cotidiano escolar, em razão de limitações institucionais que extrapolam a atuação individual dos professores.

A integração pedagógica do Pé-de-Meia ocorre de maneira fragmentada e desigual entre as escolas, dependendo da iniciativa pessoal dos docentes ou de condições locais específicas. Essa configuração aponta para descompasso entre a política pública formulada em nível sistêmico e sua efetiva operacionalização no contexto escolar, evidenciando a necessidade de mediações institucionais mais consistentes. A responsabilização do professor tende a produzir práticas desiguais e de impacto limitado.

A análise das barreiras identificadas, como: falta de formação continuada específica, ausência de materiais pedagógicos orientadores, limites logísticos e sobrecarga de trabalho docente, indica que a consolidação do Pé-de-Meia como ferramenta de ensino de empreendedorismo depende de ações sistêmicas que integrem formação, currículo e práticas pedagógicas. Essas ações devem ser conduzidas pela SEEDUC/RJ, assumindo papel que ultrapassa a gestão administrativa do programa, em direção a uma função pedagógica articuladora.

As implicações práticas do estudo apontam para necessidade de: estruturação do Programa Pé-de-Meia como eixo pedagógico, não somente administrativo; investimento em formação continuada específica para professores de educação financeira e empreendedorismo; produção de materiais didáticos orientadores; integração do programa aos planos de curso e itinerários formativos; e criação de espaços pedagógicos que favoreçam a aplicação prática do programa. Essas medidas podem contribuir para que o incentivo financeiro seja efetivamente apropriado como recurso formativo, potencializando seu impacto na formação dos estudantes.

Como limitações, o estudo apresenta recorte empírico concentrado em unidade específica da rede estadual do Rio de Janeiro, o que restringe a generalização dos resultados. O caráter exploratório da pesquisa e o momento inicial de implementação do programa também limitam a análise de impactos de longo prazo. Pesquisas futuras poderão ampliar o escopo da investigação para outras redes estaduais, desenvolver estudos longitudinais que acompanhem os beneficiários ao longo da trajetória escolar e aprofundar a análise sobre a efetividade de diferentes estratégias pedagógicas de apropriação do incentivo financeiro.

A investigação das percepções de outros atores envolvidos na implementação do programa, gestores escolares, estudantes e representantes da secretaria de educação, pode oferecer

contribuições complementares para o entendimento das dinâmicas que permeiam a integração entre políticas de transferência condicionada de renda e práticas educacionais. Adicionalmente, estudos que documentem e analisem experiências bem-sucedidas de apropriação pedagógica do Pé-de-Meia podem oferecer referências importantes para a disseminação de boas práticas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, E. F. L.; MONTEIRO, V. P. Avaliação de impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 531-570, 2013.

BARRERA-OSORIO, F. et al. Improving the design of conditional cash transfer programs: evidence from a randomized education experiment in Colombia. American Economic Journal: Applied Economics, v. 3, n. 2, p. 167-195, 2011.

BARRERA-OSORIO, F.; LINDEN, L. L.; SAAVEDRA, J. E. Medium- and long-term educational consequences of alternative conditional cash transfer designs: experimental evidence from Colombia. American Economic Journal: Applied Economics, v. 11, n. 3, p. 54-91, 2019.

BARROS, R. P. de. Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens. 2017. Disponível em: <http://gesta.org.br>. Acesso em: 27 mar. 2025.

BARROS, R. P. de et al. Consequências da violação do direito à educação. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2021.

BEHRMAN, J. R.; PARKER, S. W.; TODD, P. E. Do conditional cash transfers for schooling generate lasting benefits? A five-year follow-up of PROGRESA/Oportunidades. Journal of Human Resources, v. 46, n. 1, p. 203-236, 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Educação 2023: PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico. Brasília: MEC/INEP, 2023.

DOURADO, L. F. Reformulação do ensino médio: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação, v. 25, n. 78, p. 1-20, 2020.

FAVERI, D. B. de; KROETZ, M. B.; LEMKE, T. L. Adolescência e finanças pessoais: um estudo nas escolas de ensino médio. Revista Valore, v. 8, e-8100, 2023.

FAYOLLE, A.; GAILLY, B. From craft to science: teaching models and learning processes in entrepreneurship education. Journal of European Industrial Training, Bingley, v. 32, n. 7, p. 569-593, 2008.

FERREIRA, M. A. M.; JIMENEZ, B. S.; HOLZER, M. The contributions of public management in improving citizens' quality of life: an analysis of Brazil's conditional cash transfer program. In: Public Management Research Conference, Syracuse. Anais eletrônicos. p. 1-35, 2011.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Educação e Sociedade, v. 34, n. 123, p. 1305-1323, 2013.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. Pesquisa de representação social: um enfoque qualiquantitativo: metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. Caxias do Sul: EDUCS, 2012.

LEFÈVRE, F. et al. O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque metodológico em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LEFÈVRE, F. et al. O discurso do sujeito coletivo: uma técnica para a organização de dados qualitativos em pesquisa de representações sociais. Cadernos de Saúde Pública, v. 20, n. 6, p. 1503-1512, 2004.

LEFÈVRE, F. et al. Análise qualitativa de dados: o Discurso do Sujeito Coletivo. In: LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. (Org.). Pesquisa de representação social: um enfoque qualiquantitativo. Caxias do Sul: EDUCS, 2009. p. 175-206.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. Journal of Economic Literature, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

MADALOZ, R. F. et al. Programa Pé-de-Meia: um incentivo financeiro-educacional para a permanência e conclusão no ensino médio público. Revista Aracê, São José dos Pinhais, v. 4, p. 12856-12869, 2024.

MENEZES, R. P.; MARIANO, S. R. H.; CUNHA, R. M. A educação para o empreendedorismo no Novo Ensino Médio: uma análise dos documentos orientadores curriculares estaduais. Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 18, 2024.

MENDEZ-FILHO, N. A.; PAZELLO, E. T. Distribuição de incentivos financeiros e suas implicações. Revista de Economia, v. 45, n. 1, p. 89-104, 2007.

MWASALWIBA, E. Entrepreneurship education: a review of its objectives, teaching methods, and impact indicators. Education and Training, v. 52, n. 1, p. 20-47, 2010.

NÚÑEZ-CANAL, M. et al. Qual é a Eficácia da Educação para o Empreendedorismo nas Escolas? Um estudo empírico do novo currículo na Espanha. Educ. Sci., v. 13, p. 740, 2023.

PASCHOAL, L.; MARASEA, D.; BARBOSA, E. Políticas públicas em educação empreendedora: um estudo nas escolas públicas de ensino médio na cidade de Ribeirão Preto no período de 2015-2016. Revista GESTO, v. 5, n. 2, p. 118-136, 2017.

SARASVATHY, S.; VENKATARAMAN, S. Entrepreneurship as method: open questions for an entrepreneurial future. Entrepreneurship Theory and Practice, v. 35, n. 1, p. 113-135, 2011.

TARTUCE, G. B. P. et al. Desafios do ensino médio no Brasil: iniciativas das secretarias de educação. Cadernos de Pesquisa, v. 48, n. 168, p. 478-504, 2018.

UEMURA, M. R. B.; LOPES, R. M. A.; VASCONCELLOS, L. A. A Educação Empreendedora no Ensino Médio no Brasil: abordagem ontológica e educacional. RPCA, Rio de Janeiro, v. 18, Edição Especial, 2024.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.